



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 116

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE OUTUBRO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 116

094ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Ofícios..... 03

Telegramas 03

Indicações 04

Requerimentos 06

Projetos de Resolução 07

Projetos de Lei 08

Pequeno Expediente:

Dep. José Domingos Scarpellini.... 10

Dep. Barbosa Neto 12

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Dep. Jocelito Canto 12

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni..... 14

Liderança do Governo

Dep. Jocelito Canto 14

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 15

Encerramento da Sessão 16

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 16

DIÁRIO Nº 116

094ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA

ATA DA 094ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2006

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelo Sr. Deputado Hermes Fonseca e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Cleiton Kielese, Duílio Genari, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini,

Luciana Rafagnin, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (24). Ausentes os Srs. Deputados: Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Miltinho Puppio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Rafael Greca, Ratinho Júnior e Waldir Leite (28). Em licença o Sr. Deputado Hermas Brandão (01). E em licença médica o Sr. Deputado Renato Gaúcho (01)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Ofícios**

OFÍCIOS

Sob o nº CTL/CC/305/06, do Sr. Hermas Brandão, Governador do Estado, em exercício, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº 358/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri e outros que, revoga o parágrafo único do artigo 3º, da Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994, o qual convertido em lei tomou nº 15.304. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº 2351/06, do Sr. Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia das principais peças do Processo nº 404.866/05-TC, referente à homologação pelo Tribunal de Contas do Estado, dos cálculos das quotas de participação dos municípios no produto da arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob os nºs AL 795, 796, 797 e 799/06, do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do FNDE, informando liberação de recursos destinados à execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, referente aos Programas PNAE, PNAC-PNAE Creche, PNAET e BRALF, respectivamente. **Ao Conhecimento da Casa.**

Telegramas

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Tecnologia do Paraná, sob o nº 028656/MS/SE/FNS no valor de R\$ 200.000,00 para o "Projeto Apoio Planta Produtora de Vacina Anti-Rábica".

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para a Maternidade Victor Ferreira do Amaral, Funpar - Fundação de UFPR, sob o nº 10939348/MS/SE/FNS no valor de R\$ 2.110,47 para o pagamento de Integratus II.

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

* nº 10925879/MS/SE/FNS - valor de R\$ 16.346,40 - pagamento de tuberculose.

* nº 10925851/MS/SE/FNS - valor de R\$ 45.628,16 - pagamento de terapia e psicoterapia.

* nº 10925837/MS/SE/FNS - valor de R\$ 35.067,70 - pagamento de reabilitação.

* nº 10925864/MS/SE/FNS - valor de R\$ 376.365,50 - pagamento de triagem neo-natal.

* nº 10925459/MS/SE/FNS - valor de R\$ 87.515,64 - pagamento de angioplastia endovascular.

* nº 10925328/MS/SE/FNS - valor de R\$ 269.330,70 - pagamento de teto financeiro de vigilância em saúde.

* nº 10939196/MS/SE/FNS - valor de R\$ 64.407,00 - pagamento de incentivo para o fortalecimento dos laboratórios centrais de saúde pública.

* nº 10939194/MS/SE/FNS - valor de R\$ 64.407,00 - pagamento de incentivo para o fortalecimento dos laboratórios centrais de saúde pública.

* nº 10939190/MS/SE/FNS - valor de R\$ 29.604.294,51 - pagamento de gestão plena de sistema estadual.

* nº 10939192/MS/SE/FNS - valor de R\$ 40.810,00 - pagamento de campanha de vacinação anti-rábica.

* nº 10939195/MS/SE/FNS - valor de R\$ 64.407,00 - pagamento de incentivo para o fortalecimento dos laboratórios centrais de saúde pública.

* nº 10939191/MS/SE/FNS - valor de R\$ 64.407,00 - pagamento de incentivo para o fortalecimento dos laboratórios centrais de saúde pública.

* nº 10939193/MS/SE/FNS - valor de R\$ 64.407,00 - pagamento de incentivo para o fortalecimento dos laboratórios centrais de saúde pública.

* nº 10941477/MS/SE/FNS - valor de R\$ 639.683,34 - pagamento de mutirão de cirurgias eletivas de média complexidade.

* nº 10941476/MS/SE/FNS - valor de R\$ 110.000,00 - pagamento de centros de especialidades odontológicas.

* nº 10941478/MS/SE/FNS - valor de R\$ 666.050,00 - pagamento de formação profissional dos agentes comunitários de saúde.

* nº 10925487/MS/SE/FNS - valor de R\$ 338.970,07 - pagamento de neurocirurgia.

* nº 10925471/MS/SE/FNS - valor de R\$ 76.896,95 - pagamento de gastroplastia.

* nº 10925824/MS/SE/FNS - valor de R\$ 4.948,44 - pagamento de psicodiagnóstico.

* nº 10925813/MS/SE/FNS - valor de R\$ 19.290,00 - pagamento de prótese dentária.

* nº 10925807/MS/SE/FNS - valor de R\$ 307.929,44 - pagamento de programa de combate ao câncer de colo uterino.

* nº 10925797/MS/SE/FNS - valor de R\$ 5.466,24 - pagamento de patologia clínica.

* nº 10925787/MS/SE/FNS - valor de R\$ 157.625,00 - pagamento de leucemia mieloide.

* nº 10925776/MS/SE/FNS - valor de R\$ 118.570,00 - pagamento de humanização do parto (assistência pré-natal).

* nº 10925764/MS/SE/FNS - valor de R\$ 25.686,24 - pagamento de fisioterapia.

* nº 10925749/MS/SE/FNS - valor de R\$ 4.591,35 - pagamento de assistência domiciliar.

* nº 10925724/MS/SE/FNS - valor de R\$ 117.544,07 - pagamento de acompanhamento pós-transplante.

* nº 10925737/MS/SE/FNS - valor de R\$ 10.305,00 - pagamento de AIDS.

* nº 10925711/MS/SE/FNS - valor de R\$ 252.582,95 - pagamento de acompanhamento de saúde mental.

* nº 10925698/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.305.547,60 - pagamento de acompanhamento de paciente.

* nº 10925518/MS/SE/FNS - valor de R\$ 1.697,99 - pagamento de queimados.

Ao conhecimento da Casa.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 026/06

Sugere a realização de estudos para implantação da Universidade Pública Estadual no município de São José dos Pinhais.

Exma. Sra. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI:

O Deputado Francisco Bühner se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - realização de estudos para implantação de Universidade Pública Estadual no Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 23.10.06.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

A cidade de São José dos Pinhais tem-se caracterizado como um pólo de desenvolvimento regional, tanto do ponto de vista econômico quanto social.

O desenvolvimento de São José dos Pinhais depende de recursos humanos, científicos e tecnológicos voltados para a formulação de estratégias que melhorem a qualidade e a produtividade e ampliem a diversidade da oferta de bens e serviços. Para tanto se faz necessário implementar soluções construídas a partir da realidade regional e sintonizadas com as necessidades e potencialidades da região.

A população do Município já está consciente da crescente necessidade de qualificação. O número das conclusões dos cursos de nível médio tem aumentado significativamente em toda a região. As inscrições dos municípios nos vestibulares das universidades e faculdades da região metropolitana têm crescido nos últi-

mos anos, uma demonstração clara de interesse e esforço dos jovens em melhorar suas condições pessoais para contribuir para o desenvolvimento regional e do Estado.

No entanto, lamentavelmente, a evasão ou abandono tem sido, também, muito alto em função do alto custo das anuidades/mensalidades das instituições privadas, bem como o alto custo da locomoção dos universitários para as cidades-sedes das universidades/faculdades.

Atualmente, a formação dos jovens do município que dependem da educação superior pública é feita na capital, acarretando vários problemas, que ao lado das dificuldades financeiras das famílias, não se pode desconsidera que estes jovens nem sempre retornam às suas origens.

Por tais razões e conhecedores da ampla experiência de V. Exa. como educadora comprometida com o desenvolvimento científico-tecnológico e social do Estado, em especial a cidade de São José dos Pinhais e conseqüentemente, confiamos em conquistar a adesão de V. exa. à causa da implantação de uma instituição estadual de educação superior na cidade de São José dos Pinhais, voltada para o desenvolvimento de pesquisa e formação de recursos humanos relevantes e necessários para o Município, o Estado e o País.

INDICAÇÃO Nº 027/06

Sugere ao Poder Executivo a celebração de Convênio com o Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, objetivando a inclusão do Estado do Paraná no Convênio ICMS 55/98, que isenta as operações internas com mercadorias destinadas a pessoas portadoras de deficiência física, auditiva ou visual.

Art. 1º A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme lhe faculta o artigo 127 do seu Regimento Interno, sugere, ao Poder Executivo, nos termos do artigo 131 da Constituição Estadual, que celebre Convênio com o Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, objetivando a inclusão do Estado do Paraná nas disposições do Convênio ICMS 55/98, de 19 de junho de 1998, que isenta do ICMS as operações internas com os seguintes produtos para uso exclusivo por pessoas portadoras de deficiência, nas modalidades a seguir indicadas, classificados nas respectivas posições, subposições e códigos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH:

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	NBM/SH
I - acessórios e adaptações especiais para serem instalados em veículos automotor pertencente a pessoa portadora de deficiência física:	
a) embreagem manual, suas partes e acessórios;	8708.93.00
b) embreagem automática, suas partes e acessórios;	8708.93.00
c) freio manual, suas partes e acessórios;	8708.31.00
d) acelerador manual, suas partes e acessórios;	8708.99.00
e) inversão do pedal do acelerador, suas partes e acessórios;	8708.99.00
f) prolongamento de pedais, suas partes e acessórios;	8708.99.00
g) empunhadura, suas partes e acessórios;	8708.99.00
h) servo acionadores de volante, suas partes e acessórios;	8708.99.00
i) deslocamento de comandos do painel, suas partes e acessórios;	8708.29.99
j) plataforma giratória para deslocamento giratório do assento de veículo, suas partes e acessórios;	9401.20.00
I - trilho elétrico para deslocamento do assento dianteiro para outras parte do interior do veículo, suas partes e acessórios;	9401.20.00
II - plataforma de elevação para cadeira de rodas, manual, eletro-hidráulica e eletromecânica, especialmente desenhada e fabricada para o uso por pessoa portadora de deficiência física, suas partes e acessórios;	8428.10.00
III - rampa para cadeira de rodas, suas partes e acessórios, para uso por pessoa portadora de deficiência física;	7308.90.90
IV - guincho para transportar cadeira de rodas, suas partes e acessórios, para uso por pessoas portadora de deficiência física	8425.39.00
V - produtos destinados a pessoas portadora de deficiência visual;	
a) bengala inteiraça, dobrável ou telescópica, com ponteira de "nylon"	6602.00.00
b) relógio em "Braille", com sintetizador de voz ou com mostrador ampliado	9102.99.00
c) termômetro digital com sistema de voz	9025.1
d) calculadora digital com sistema de voz, com verbalização dos ajustes de minutos e horas, tanto no modo horário, como no modo alarme, e comunicação por voz dos dígitos de cálculo e resultados	8470.10.00, 8470.2 e 8470.30.00
e) agenda eletrônica com teclado em "Braille", com ou sem sintetizador de voz	8471.30.11
f) reglete para escrita em "Braille"	8442.50.00
g) "display Braille" e teclado em "Braille" para uso em microcomputador, com sistema interativo para introdução e leitura de dados por meio de tabelas de caracteres "Braille"	8471.60.52
h) máquina de escrever para escrita "Braille", manual ou elétrica, com teclado de datilografia comum ou na formatação "Braille"	8469.12, 8469.20.00 e 8469.30
i) impressora de caracteres "Braille" para uso com microcomputadores, com sistema de folha solta ou dois lados da folha, com ou sem sistema de comando de voz, com ou sem sistema acústico	8471.60.1 e 8471.60.2
j) equipamento sintetizador para reprodução em voz de sinais geradores por microcomputadores, permitindo a leitura de dados de arquivos, de uso interno ou externo, com padrão de protocolo SSIL de interface com "softwares" leitores de tela	8471.80.90
VI - produtos destinados a pessoas portadoras de deficiência auditiva:	
a) aparelho telefônico para uso da pessoa portadora de deficiência auditiva, com teclado alfanumérico e visor luminoso, com ou sem impressora embutida, que permite converter sinais transmitidos por sistema telefônico em caracteres e símbolos visuais	8517.19
b) relógio despertador vibratório e/ou luminoso para uso por pessoa portadora de deficiência auditiva	9102.99

Parágrafo Único. Sugere igualmente que o benefício respectivo seja concedido de acordo com a disciplina a ser estabelecida em legislação estadual, considerando-se a iniciativa do Executivo para a elaboração legislativa que se faz necessária.

Sala das Sessões, em 23.10.06.
(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal nº 7.853/89 e o Decreto nº 3.298/99 balizam a política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência.

Do mesmo modo, se podem citar diversos dispositivos legais que tratam da integração das pessoas portadoras de deficiência, como: Acesso ao Transporte Aéreo de

passageiros que necessitam de assistência especial - NOSER - IAC - 2508-0796; Decreto 5296/04: Regula-menta as Leis da Acessibilidade; Decreto 3.956 de 08/10/2001 (Ratifica Convenção da OEA); Lei da Acessi-bilidade: Lei 10.098/00; Língua Brasileira de Sinais: Lei 10.436/02/ Programa de valorização da Pessoa Porta-dora de Deficiência - Portaria 22/2003; Resolução nº 2878; Saúde Mental: Lei 10.216/01; Transportes: Lei 10.048/00; Decreto nº 1.744, de 08/12/1995 - Regula-menta o Benefício de Prestação Continuada Devido à Pessoa Portadora de Deficiência e ao Idoso, de que trata a Lei nº 8.742, de 7/12/1993; além de diversos programas como o Passe Livre Federal (Para transporte interesta-dual); Passe Livre Municipal (Para transporte urbano); Isenção de IPI na compra de carro; Isenção de ICMS na compra de carro; Sistema de cotas para funcionários em empresas.

De acordo com a Constituição federal, artigo 23, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: *II - cuidar da saúde e assistên-cia pública, da proteção e garantia das pessoas portado-ras de deficiência.*

Em seu artigo 24, estabelece que *compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrente-mente sobre:.... XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.*

O artigo 203 da Constituição Federal impõe que a *assis-tência social será prestada a quem dela necessitar, inde-pendentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:... IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la pro-vida por sua família, conforme dispuser a lei.*

O artigo 208 estabelece que *o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: ... III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino.*

De acordo com o artigo 227. *É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adoles-cente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionaliza-ção, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Parágrafo 1º - O Estado promoverá programas de assistência inte-gral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obede-cendo os seguintes preceitos: ... II - criação de progra-mas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a*

convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. Parágrafo 2 - A lei disporá sobre normas de construção de logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte cole-tivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas porta-doras de deficiência.

Segundo o artigo 244, *a lei disporá sobre a adap-tação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiências, conforme o disposto no artigo 277, § 2º.*

Como se vê, houve uma grande preocupação do Constituinte com a integração e a assistência aos portado-res de deficiência, imputando um dever fundamental não só para o Estado em todas as suas esferas, como para toda a sociedade, de participação na implementação das políti-cas programáticas da Carta Magna.

Mas na prática, se percebe que os portadores de necessidades especiais não podem exercer os direitos fundamentais que a Constituição lhes assegura, por falta de infra-estrutura, de acessibilidade.

Por ter direito à integração social, por ter capaci-dade de executar atividade profissional, e ser produtivo, mas por não ter acessibilidade por falta de infra-estrutura adequada às suas necessidades especiais, os portadores de necessidades especiais ficam à mercê do puro assisten-cialismo, o que gera um custo em tese desnecessário aos cofres públicos.

Sendo assim, os Estados de São Paulo e de Minas Gerais celebraram os Convênios 55/1998 e 39/2005, que instruem esta proposição, isentando do ICMS as opera-ções internas relativas aos produtos para uso exclusivo por pessoas portadoras de deficiências.

Desse modo, além de incentivar a instalação de indústrias relacionadas com tal produção em seu territó-rio, tais Estados cumprem sua função constitucional-mente imputada e minimizam, indiretamente, o gasto público com o assistencialismo relativamente aos porta-dores de necessidades especiais, na medida em que pode-rão exercer atividades profissionais com maior autonomia e gerar seus próprios rendimentos.

O barateamento dos produtos isentos de ICMS destinados aos portadores de necessidades especiais cer-tamente fomentará sua instalação que já é, em muitos casos, legalmente imposta.

Por tais motivos, é imprescindível que seja apro-vada a presente indicação e, sobretudo, que seja acatada pelo Executivo do Estado do Paraná.

Requerimento

REQUERIMENTO Nº 2244

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência para discussão e

votação do item 08, Projeto de Lei nº 495/06, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 23.10.06.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoioamento:

Valdir Rossoni, Barbosa Neto, Cida Borghetti e Elio Rusch.

Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Alterar, nos termos seguintes, os dispositivos que especifica, de seu Regimento Interno:

Art. 1º O artigo 30 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa passa a vigorar acrescido do inciso XVI, com a seguinte redação.

Art. 30. As Comissões Permanentes são:

(...)

XVI - Comissão de Legislação Participativa:

Art. 2º O artigo 33 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa passa a vigorar acrescido do parágrafo 16, com a seguinte redação:

Art. 33. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 16. À Comissão de Legislação Participativa compete manifestar-se sobre:

a) sugestões de iniciativa legislativa apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, estabelecidos no Estado do Paraná, excetuando-se os partidos políticos;

b) pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais estabelecidas no Estado do Paraná, e de qualquer das entidades mencionadas na alínea a;

Art. 3º O Título VII - Da Participação da Sociedade Civil, Capítulo Único, do Regimento Interno, será acrescido do artigo 267-A, com a seguinte redação:

Art. 267-A. A participação da sociedade civil poderá, ainda, ser exercida mediante o oferecimento de sugestões de iniciativa legislativa, de pareceres técnicos, de exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais estabelecidas no Estado do Paraná, e de qualquer das entidades mencionadas na alínea "a" do parágrafo 16 do artigo 33.

§ 1º As sugestões de iniciativa legislativa que, observado o disposto no inciso I do artigo anterior, receberem parecer favorável da Comissão de Legislação Participativa serão transformadas em proposição legislativa de sua iniciativa e encaminhadas à Mesa para tramitação,

inclusive para distribuição à comissão ou comissões competentes para o exame do respectivo mérito.

§ 2º Aplicam-se à apreciação das sugestões pela Comissão de Legislação Participativa, no que couber, as disposições regimentais relativas ao trâmite dos projetos de lei nas comissões.

§ 3º As sugestões que receberem parecer contrário da Comissão de Legislação Participativa serão encaminhadas diretamente ao arquivo.

§ 4º As sugestões devem respeitar a competência legislativa da Assembléia Legislativa do Paraná, sendo vedada a apresentação de sugestões:

a) de Proposta de Emenda Constitucional estadual e de Requerimento de Criação de Comissões Parlamentares de Inquérito.

b) que incidam sobre assuntos de iniciativa privativa do Governador do Estado, do Presidente do Tribunal de Justiça e do Ministério Público.

c) que tratem de matéria da competência legislativa federal ou municipal.

Art. 4º A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados assegurará à Comissão de Participação Legislativa apoio físico, técnico e administrativo necessário ao desempenho de suas atividades.

Art. 5º A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná baixará os atos complementares que eventualmente se fizerem necessários à execução da presente Resolução.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.10.06.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

De acordo com Bonavides, *a posição passiva em face da coisa pública faz súditos e não cidadãos. A cidadania se manifesta pela via participativa, pelas exteriorizações de vontade de cada membro da sociedade política, legitimamente habilitado a intervir no processo decisório e governativo, mediante o qual se conduzem os negócios públicos debaixo do interesse da coletividade.*

Pouco adianta garantir a participação popular, em tese, estabelecendo contudo requisitos legais que, pragmaticamente, inviabilizam o exercício da cidadania pela via participativa.

A Constituição Estadual e o Regimento Interno da Assembléia Legislativa condicionam a participação da sociedade civil a critérios que dificultam sobremaneira a efetividade da previsão legal e constitucional.

A participação direta da sociedade no exercício do Poder Público é tendência mundial, sendo que o Parlamento Europeu já instituiu canal análogo de comunicação entre representantes e representados, como também o Congresso Nacional, que criou sua Comissão Permanente de Legislação Participativa. Tal Comissão tem a função

de apresentar, como sua, proposições fundadas em sugestões e reivindicações da sociedade civil organizada.

Ressalta-se, desde já, que não se pretende criar uma forma nova de iniciativa popular diversa da constitucionalidade estabelecida, que demanda a subscrição de, no mínimo, um centésimo do eleitorado paranaense.

A modalidade constitucional de iniciativa popular, dependendo da subscrição de um centésimo do eleitorado paranaense, dispensa apoio e se caracteriza diretamente como proposição legislativa.

Já a Sugestão Popular depende de aprovação prévia pela Comissão de Legislação Participativa que, nesse caso, torna-se, ela própria, autora do projeto, que será defendido em Plenário pelo respectivo Relator.

A idéia é receber sugestões, para elaboração legislativa diretamente da sociedade, servindo a Comissão de Legislação Participativa como instrumento de triagem, para dar seqüência tão somente às idéias pertinentes, relevantes e coincidentes com o interesse coletivo; ao mesmo tempo em que estabelecer um canal de comunicação direto entre o Parlamento e a sociedade civil.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 503/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Estado do Paraná, bem como os órgãos autônomos e empresas sob o controle estatal adotarão, preferencialmente, a padronização de documentos públicos em formato Open Document Format - ODF, quando da sua criação e distribuição.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.10.06.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa recomendar a adoção de um padrão na criação e na distribuição de documentos públicos do Estado do Paraná, utilizando-se do formato Open Document Format - ODF, pois o padrão aberto é um requisito para que o Software Livre seja realmente livre sua totalidade. Os padrões de interoperabilidade, que preconizam a possibilidade de troca de dados e conteúdos oriundos de sistemas de informação diversificada são essências tanto no segmento privado como público. Com esta utilização e padronização efetiva, provocará avanços significativos na utilização do software livre em nosso Estado.

Para demonstrarmos nossa atualização como mundo da informática, devemos observar o exemplo do governo francês, que já recomendou que todas as publi-

cações de seus documentos públicos devem estar disponíveis em formato ODF de acordo com o relatório do Primeiro Ministro da França, e sugere ainda aos seus parceiros europeus que também o façam, quando da troca de documentos em nível europeu.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para aprovação do projeto de lei que dispõe sobre a padronização dos documentos públicos do Estado do Paraná em formato Open Document Format - ODF.

PROJETO DE LEI Nº 504/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É gratuita a emissão de segunda via da carteira de identidade, da carteira nacional de habilitação e do certificado de registro e licenciamento de veículo nos casos de roubo ou furto devidamente registrados.

Art. 2º Os formulários de registro de ocorrência policial deverão estampar a determinação desta lei.

Art. 3º Nas dependências das delegacias de polícia, do Detran, das Ciretrans e nos locais de expedição de carteira de identidade serão fixados cartazes contendo a determinação do artigo 1º desta Lei.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.10.06.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A implantação da gratuidade na emissão de segunda via da carteira de identidade, da carteira nacional de habilitação e do certificado de registro e licenciamento de veículo nos casos de roubo ou furto devidamente registrados é forma de minimizar ao cidadão os prejuízos decorrentes da violência, haja vista ser a segurança obrigação do Estado.

Cabe salientar que além do roubo ou do furto, o cidadão ainda tem de enfrentar os processos burocráticos para conseguir segundas vias dos documentos.

PROJETO DE LEI Nº 505/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Comunidade Católica Emanuel, com sede e foro no município e Comarca de Paranavaí.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.10.06.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Católica Emanuel, também designada pela sigla CCE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, não tendo caráter político-partidário, tem por finalidade promover o desenvolvimento humano e melhoria da qualidade de vida, manutenção do meio ambiente, através das atividades de educação profissional e ambiental, individual e em grupo, através do apoio, orientação e promoção da criança, adolescente e família, com ações ilimitadas, especialmente com atendimento psicológico, psicopedagógico, assistente social, terapia familiar, comunitária, terapias alternativas, realizações de cursos, palestras, seminários, conferências, pesquisas, assessoria técnica a órgãos públicos e conferências, pesquisas, assessoria técnica a órgãos públicos e privados, desenvolvimento de projetos que tenham como principal foco de ação o crescimento humano, prevenção e combate às drogas.

A entidade vem avançando celeremente no seu objetivo de adquirir uma área rural que servirá para a implantação de seus ambiciosos projetos.

Contando com o apoio dos nobres colegas Parlamentares, solicito a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 506/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Educacional do Noroeste do Paraná, com sede e foro no município de Comarca de Loanda.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.10.06.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Educacional do Noroeste do Paraná - Fadenpar, localizada na Rua Mato Grosso, 240, na cidade de Loanda, tem natureza de cunho governamental, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estendendo suas atividades, além da sede, em benefício da região Noroeste do Paraná, integrada pelos municípios de Diamante do Norte, Itaúna do Sul, Marilena, Nova Londrina, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Mônica e São Pedro do Paraná, é uma entidade que mantém a Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - Facinor.

A entidade tem por finalidades precípuas instituir e ministrar cursos de formação educacional, profissionalização, graduação, pós-graduação e extensão; desenvolver serviços e atividades do interesse dos municípios que integram a região do Noroeste do Estado do Paraná, nas áreas da educação, ciência, tecnologia e cultura; formar cidadãos por intermédio da realização de cursos profissionalizantes para todos os setores e áreas de atuação; além de firmar convênios e outras formas de intercâmbio com entidades públicas e particulares, nacionais e estrangeiras, para fins de concessão de bolsas de estudos, observação e pesquisas, no país e no exterior, em regime de gratuidade ou oneroso, aos cidadãos residentes na região.

Contando com o apoio dos nobres colegas Parlamentares, solicito a aprovação do presente projeto de lei.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Pequeno Expediente, primeiro orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente. Há mais de quinze dias colhi as assinaturas aqui para fazermos a CPI do Grampo, e até o presente momento não recebi nenhuma manifestação da Mesa. Era para ter feito esse questionamento na semana passada e não o fiz; estou fazendo neste momento.

Qual o motivo, Sr. Presidente, que a Comissão Executiva desta Casa não se manifesta depois de quase um mês da proposição deste Parlamentar? É de costume desta Casa - e nós que vivemos muito tempo aqui, graças a Deus, a população entendeu em nos reconduzir -, e tão logo o Parlamentar colha as assinaturas e receba o apoio para a constituição da CPI, rapidamente há um posicionamento da Mesa estabelecendo um calendário.

E nós, a aproximadamente há um mês estamos aguardando o posicionamento da Mesa e não o temos.

Espero, Sr. Presidente e não quero fazer aqui pré-julgamento, que esta demora não seja por motivos eleitorais porque não tenho dúvida que a população paranaense gostaria de ir para a urna no próximo dia 29, sabendo pelo menos alguns questionamentos que estão sendo feitos pela população.

Qual o motivo que não esclarecemos à opinião pública, a questão Rasera?

Então, eu como proponente da CPI quero dizer que me sinto desconfortável com o posicionamento da Mesa. E se for possível, que V. Exa, naturalmente não tenho esse direito, mas tenho o direito de pedir regimentalmente qual será o procedimento desta Casa: faz 30 dias e esta Mesa ainda não se pronunciou como deveremos proceder.

A investigação, mesmo pós-eleição, faz-se necessária. Mas, seria importante que os paranaenses fossem para as urnas no dia 29, sabendo da verdade. De repente, algumas pessoas poderão não votar no Governador

Requião, pensando que ele é chefe do Rasera. Gostaria muito de esclarecer isso para retirar esta pecha que está ficando em cima dos ombros do Governador Requião.

Espero o esclarecimento desta Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

A Mesa irá solicitar ao Diretor Legislativo que providencie o memorando para fazermos a solicitação aos Partidos, que indiquem os membros.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas é importante, Sr. Presidente, talvez nem caiba a Questão de Ordem, eu poderia fazer o uso da Liderança, porque é a primeira vez que a Mesa se pronuncia sobre a questão. O que me causa espécie é o silêncio da Mesa há quase trinta dias.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Valdir Rossoni, esta Assembléia trabalhou poucos dias esse período, estivemos com dificuldade de quórum, V. Exa. sabe que vários Parlamentares faltaram, porque estavam nas suas atividades de base e ficamos com alguma dificuldade para garantir algumas votações como o voto secreto, o aumento de 30% na questão da educação. V. Exa. está me cobrando e vamos solicitar ao nosso Diretor Legislativo, que providencie o memorando, para que solicitemos ainda hoje a indicação dos membros dos Partidos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito. Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vimos a preocupação do Deputado Rossoni, com relação ao nosso funcionário público e assessor especial do Governador Roberto Requião, o Rasera. Quero crer que com ou sem a CPI essa situação será esclarecida, porque a PIC tem um levantamento muito metódico, feito com relação ao Rasera.

Vimos, agora, no penúltimo programa do Governador Roberto Requião, que a candidatura Osmar Dias estava vinculando a quadrilha do Rasera ao PMDB. Precisamos saber, agora, quem é o chefe dessa quadrilha, porque se ele é assessor especial do Governador Roberto Requião e o próprio PMDB vem a público e diz que o Rasera é na verdade uma quadrilha, quem é o chefe da quadrilha do Rasera. Acho que a PIC poderá nos esclarecer muito em breve essa questão, com os relatórios que estão sendo feitos, pelos promotores e por todos aqueles que estão investigando as gravações e as informações que forem chegando.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que me traz hoje à tribuna da Assembléia, é uma preocupação com os rumos da campanha. O que foi que levou o programa do

PMDB a atacar a família do Senador Osmar Dias, veiculando lá o pedido de uma cirurgia, que foi feita no Hospital das Clínicas e cujo pedido teria sido feito pelo Senador Osmar Dias, para que sua sobrinha fosse atendida e salva, porque estava prestes a morrer, com 157 quilos?

Eu quero crer que a campanha feita pelo PMDB, para denegrir o Senador Osmar Dias - que já está com uma larga margem à frente das pesquisas - não tem sentido. Pois se uma jovem que estava com obesidade mórbida, em adiantado perigo à sua vida, tinha que ser operada mesmo, e ainda o programa do PMDB vem dizer que foi um "carteirão" que o Senador deu para que o Hospital de Clínicas fizesse a cirurgia e que ela estava morrendo em Campo Grande, no Mato Grosso. A família dela, a família Fernandes Dias, é uma família constituída em Maringá, respeitada, a família do Sr. Silvino e da Dona Helena, aí um irmão se muda para Campo Grande e a moça, por um distúrbio, apresenta esse problema e naquela época não tinha esse tipo de cirurgia ainda no Mato Grosso, porque foi há seis anos ou mais. E aí vem se fazer a cirurgia no Paraná e o SUS é para atender a todos os brasileiros, deveria atender a todos! Eu ficaria pasmo se o Senador não tivesse tomado uma providência para que alguém operasse a sua sobrinha que estava morrendo.

Então, lamento profundamente o que tenha ocorrido no programa do PMDB. Mas o que assusta, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que o "carteirão" dado pelo Senador Dias não foi "carteirão", mas foi um pedido e eu, como Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Direitos Humanos, encaminhei vários pedidos desses ao Hospital de Clínicas, inclusive um professor de Arapongas, professor Canezin, nós entramos em nome dele com uma Ação Popular para que o Hospital de Clínicas fizesse a cirurgia. Houve uma liminar na Justiça Federal determinando a cirurgia e foi feita pelo Hospital de Clínicas, de uma pessoa que também estava com obesidade mórbida à beira de morrer e eu não estava e o Senador Osmar Dias não estava fazendo nenhum privilégio, mas estava pedindo para que se salvasse uma vida e isso foi feito.

Passa a fazer uso do Horário da Liderança

Agora, "carteirão" foi dado em um acidente de trânsito aqui, onde um problema sério envolve o atual Governador, que era Senador na época. Este sim, deu um "carteirão" para tirar o seu sobrinho que tinha atropelado, na madrugada, duas moças que vieram a óbito e quando a polícia estava levando os autores desse sinistro de trânsito, houve o "carteirão", que até poderá vir à tona no programa do Horário Gratuito da Justiça Eleitoral, porque se existe falta de respeito como existiu de lá para cá, daqui para lá também pode ser que aconteça.

Então, é uma preocupação. A campanha estava vindo tão bonita, esclarecedora e agora essa situação aí. Por que é que foram fazer isso?

Uma situação que envolve familiares. Tenho um amigo aqui dentro da Assembléia que me pediu, há um ano e meio atrás: “Quero que poupe a família do Governador, a família Requião”.

Lamento profundamente que esse episódio no Horário Gratuito tenha ocorrido. Eu aqui na tribuna, quando denunciei, denunciei o Eduardo Requião, que tem um cargo no Porto, denunciei aqui algumas coisas com relação à administração pública, mas a questão de família, pelo amor de Deus! Vi a baixaria e fiquei assustado! Fiquei assustado porque sei as consequências que isso pode trazer. Tantas coisas estão envolvidas em uma campanha eleitoral, que passa por acidente de trânsito, Delegacia da Mulher, é uma situação complicadíssima! E isso não é bom para o Paraná e não é bom para as famílias paranaenses! Temos que procurar pôr um pé no freio, tirar o pé do acelerador, tanto do lado do Governador quanto do lado de cá, para ver se conseguimos fazer a curva, porque senão, vai ser uma capotagem em cima de outra.

Eu quero ver o Governador Osmar Dias junto com todos os Prefeitos do Paraná, porque o que eu ouvi, o Governador Requião, pelo que ele disse, jogou todos os recursos que tinha do Estado aqui em Curitiba e na Região Metropolitana, e o resto do interior do Paraná ficou a ver navios. Os pequenos municípios do interior, da nossa região do Vale do Ivaí, as Prefeituras não viram nada, e pelo que o Governador disse foram milhões e milhões de reais, de dólares, que foram gastos em Curitiba e Região Metropolitana. Eu vi o Osmar Dias dizer uma coisa, hoje, em entrevista, em uma rádio, que ele vai governar com os Prefeitos e que todo o Prefeito do Paraná será um pouco Governador. Isso é muito bonito de ouvir: todo o Prefeito será um pouco Governador. Isso é muito importante, a participação do interior, das cidades pequenas que estão esquecidas, esses prefeitos que só são chamadas para vir a Curitiba para assinarem a lista de apoio ao Governador, mas que se, por acaso, o Governador ganhar a eleição, depois ele põe uma tranca lá no Palácio e não deixa ninguém entrar. “Não recebo Prefeitos”. Eu me lembro bem um dia que alguém disse ao Governador Requião: “Mas, Requião, você marcou com os Prefeitos...”

“Não quero mais conversar, estão aí querendo dinheiro a fundo perdido para mecanizar”.

Isso há doze, treze anos atrás. Eu espero que os Prefeitos...

Concedo um aparte ao Deputado Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Deputado, V. Exa. tem razão quando defende o seu candidato, os seus princípios. O Governador Requião tem o apoio de trezentos e trinta Prefeitos e venceu nesse número, Deputado.

Então, não é a realidade. Eu ouço V. Exa. com respeito, mas quando está ofendendo a minha inteligência, eu não concordo com V. Exa.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Isso é empolgação, Deputado Anibelli.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Deputado, V. Exa. também não poderia ser ofendido nem o seu irmão, o Carlos, meu amigo também. V. Exas. foram dois grandes Prefeitos da cidade de Apucarana.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu fico agradecido do seu aparte de colaboração porque serviu para que eu pudesse retirar o meu excesso com relação a isso.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o interior do Estado não vê uma creche a fundo perdido, não vê um centro social a fundo perdido; tudo é financiado neste Governo. E esses financiamentos vêm matando os pequenos e médios municípios paranaenses.

Nós vimos no Governo Jaime Lerner, no Governo Ney Braga, no Governo José Richa, - eu era Vereador em Apucarana, vim com uma comissão de Vereadores, com o Prefeito, do tempo do Governador Emílio Gomes - viemos aqui para buscar a construção de uma creche em Apucarana, que foi a primeira creche liberada para a cidade, e o Governador Emílio Gomes liberou, isso em 1973. E depois nós vimos uma sequência de Governadores que liberavam os recursos a fundo perdido para os pequenos municípios que não tinham mais capacidade de endividamento, mas que precisavam continuar investindo para que a sua gente continuasse morando lá naquela comunidade. Hoje se alguém vier buscar recursos a fundo perdido o tratamento vai ser aquele: “Não existe verba a fundo perdido, procure a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e é lá que vocês vão tratar do assunto”.

Ora, existem casos e mais casos de municípios que não têm mais como se endividar e precisam fazer obras na comunidade, é um asilo, é uma creche, é um centro comunitário, um centro social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu dizia que o Severino Araújo iria ganhar a eleição no Paraná por causa da rejeição do Requião. Eu estava errado, apertou um pouco mas nós vamos ganhar a eleição, diante desse aperto com uns 500 mil votos à frente. E isso me deixa um pouco triste, Deputado Rossoni mas mesmo assim nós vamos para as ruas comemorar a vitória de Osmar Dias! A vitória de quem respeitou, de quem quer fazer um Paraná de verdade, um Paraná de respeito, um Paraná de diálogo, onde os agricultores não vão levar desaforos ou “faixadas” por trás, onde os agricultores serão realmente respeitados. O povo estará representado no Palácio Iguazu por alguém que vai ter um diálogo franco e aberto com o povo paranaense, com a mãe, com a criança, com

o jovem, com idoso, enfim é o Paraná do respeito e do futuro!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subo à tribuna nesta tarde para cumprimentar aqui os moradores de comunidades que seriam ou serão afetadas pela construção da usina hidrelétrica de Mauá, nos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira. Esse moradores, a população ribeirinha e algumas entidades organizadas realizaram, no final de semana, um protesto no município de Telêmaco Borba para deixar clara a sua posição de contrariedade ao leilão que foi vencido, no último dia 10, pela Copel e pela Eletrosul, empresas essas que terão o direito de construir, salvo alguma nova determinação da Justiça, essa famigerada usina hidrelétrica no Rio Tibagi.

Inclusive nós temos, Deputado Tadeu Veneri, uma conscientização por parte daqueles que, na ânsia de ver a conquista dos seus empregos, eram favoráveis a essas usinas hidrelétricas. Com o processo de conscientização já estão realmente sabedores de que, usando aqui um trocadilho, será um tiro na água, na apreensão de melhoria da qualidade de vida para uma população extremamente necessitada já que ali se trata de um dos menores índices de desenvolvimento humano do nosso Estado.

O próprio sindicato rural de Telêmaco Borba já está consciente que a instalação da usina hidrelétrica vai significar perda de terras para o cultivo e, conseqüentemente, a perda de condições para que o homem do campo permaneça naquela local.

A comunidade caingangue, Deputado Hermes Fonseca, corre o risco de ser dizimada. E nós queremos também deixar registrada na tarde de hoje a afirmação do Presidente da Liga Ambiental, Tom Grando, que disse: *O argumento de geração de empregos com a construção da usina hidrelétrica, na verdade é ilusório. A construção de usinas não emprega mão-de-obra local, mas sim barraqueiros que circulam o País fazendo esse tipo de serviço. Uma vez construída uma usina não precisa ter mais do que 10 funcionários, porque a operação é feita à distância.* Ela fala com conhecimento de causa. Também o Secretário Executivo da Comissão Pastoral da Terra Rogério Nunes, está encaminhando uma cartilha sobre o Rio Tibagi, para que a própria Igreja Católica possa abrir o leque de discussão para evitar que essa construção realmente seja feita, lembrando inclusive o tema da campanha da fraternidade de 2004 que foi: Água, fonte de vida.

Portanto, nós estamos mais uma vez ao lado dessas comunidades, ao lado dessas entidades que estão contrárias à construção da usina de Mauá, que além de alagar

uma área importante dessa região de Telêmaco Borba e Ortigueira, vai afetar ao longo de toda a cadeia produtiva, vamos dizer assim, o Rio Tibagi, toda a população à margem desse rio virgem, extremamente importante para o nosso Estado.

Então, mais uma vez dizemos que aqui a luta ainda não terminou. Nós esperamos que o IAP, que o Ibama, que o Ministério Público Federal, que ainda precisam ser ouvidos dentro desse processo, possam corrigir essa distorção. E que este erro ainda possa ser reparado. Há necessidade da mobilização de toda a sociedade, a mobilização dessas entidades ambientais, mas acima de tudo, dos vereadores, dos prefeitos, responsáveis e de toda uma comunidade que está perplexa diante dessa decisão da Justiça que veio surpreender a todos e contrariar os laudos técnicos, as perícias realizadas e até a comunidade ambiental que tem uma consciência ecológica de que a instalação dessa usina será extremamente maléfica para o Estado do Paraná.

Era o nosso pronunciamento na tarde de hoje, Sr. Presidente Pedro Ivo.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna nesta tarde, é fazer um balanço. Acompanhamos na sexta-feira o processo de abertura da licitação do Hospital Regional de Ponta Grossa. Vejo nesse momento das eleições, algumas pessoas tecendo algumas críticas à questão do Hospital Regional. E estou acompanhando essa obra exatamente desde o começo deste nosso mandato, aqui, na Assembléia. Estamos trabalhando desde o começo com a intenção de fazer com que a região de Ponta Grossa, que a Região dos Campos Gerais tenha o direito de ter o que Londrina, Maringá e Cascavel têm há mais de 10 anos. A única região esquecida, abandonada pelo Estado do Paraná, é a região dos Campos Gerais. Nunca nenhum governo se preocupou em colocar um hospital regional nos mesmos moldes dos hospitais de Londrina, Maringá e de Cascavel. Todo ano vemos aquela confusão de que a Universidade de Londrina recebe mais, que a de Maringá recebe mais, do Orçamento, e a nossa universidade recebe menos.

A partir daí, nós começamos a trabalhar com o Governo para equiparmos a cidade de Ponta Grossa e conseqüentemente, os Campos Gerais, de um dos maiores patrimônios dos nossos filhos e dos nossos netos, que

é o Hospital Regional de Ponta Grossa, porque acompanhamos todos os dias, estamos na base todos os dias. Fazemos o rádio todos os dias nas cidades vizinhas e nos bairros de Ponta Grossa. Lá encontramos as dificuldades. Ponta Grossa, há dez anos atrás, tinha duzentos mil habitantes. Se fizermos um censo lá, estaremos próximos dos quatrocentos mil habitantes e de lá para cá, nunca o Estado do Paraná colocou nenhum equipamento de verdade e de respeito ao povo, que é um hospital. Nós estamos lutando desde o começo, porque além de fazer o hospital, o importante é fazer o custeio desse hospital, é pagar a conta no final do mês, porque só fazer o hospital também não é muito caro. São só dezessete milhões.

O duro, Deputado Barbosa, é todo o mês, o Município de Ponta Grossa ter que arcar, com um Pronto-Socorro pequeno, tímido, com as despesas da região inteira. É por isso que a saúde muitas vezes vai mal em Ponta Grossa, porque nunca ninguém se preocupou em lá colocar um hospital regional. Neste governo, em janeiro do ano passado, em 2005, levei o Prefeito Pedro Vosgrau Filho para uma audiência com o Governador Roberto Requião e naquele dia, nasceu a construção do Hospital Regional de Ponta Grossa. Não foi na porta da eleição. Foi no ano passado. Eu vejo alguém fazer comentários de vez em quando, que é só na época de eleição. Esse hospital foi preparado em 2004 e organizado para, a partir de 2005, iniciar esse hospital, mas que devido à demora da documentação, preparar o projeto, definição do local, a obra acabou ficando para este ano.

Agora, na sexta-feira, tivemos a abertura da habilitação dos proponentes. Vinte e sete empresas retiraram o edital para fazer o hospital regional. Das vinte e sete, oito empresas se apresentaram com propostas para estarem habilitadas para construir o nosso hospital: três de São Paulo, duas de Curitiba, uma de Foz do Iguaçu, uma de Santa Catarina e uma de Minas Gerais. Essas empresas apresentaram suas habilitações na última sexta-feira, que devem ser julgadas entre hoje ou amanhã. A partir daí, o prazo de recurso e então poderão ser abertas as propostas da questão financeira, a base financeira que já está lá no Paraná.

Então, teremos um pequeno prazo para recursos e aí sim, começaremos a obra do tão esperado Hospital Regional de Ponta Grossa.

Eu fiz um requerimento, como Deputado desta Casa, ao Secretário e ao Governo, pedindo mais informações de onde vinha essa verba. O governo respondeu que essa verba está à disposição, tanto é que o processo de licitação já está em fase final. Os dezessete milhões já estão, de acordo com a lei, bloqueados, à disposição.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós vimos aqui comemorar a primeira etapa, porque quem vive lá no dia-a-dia, sabe da dificuldade que é de não termos o que Londrina tem, o que Maringá tem.

Deputado Barbosa Neto V. Exa. pode se considerar um Deputado feliz; tem um hospital universitário, que pode ter os seus defeitos, mas deve atender muitas pes-

soas lá, como Maringá, Deputada Cida, como aqui os nossos Deputados que trabalham, Deputado Elio Rusch, na região de Cascavel, tenho certeza que o Hospital de Cascavel até atende alguns casos da região de Marechal Rondon, Toledo, Santa Helena.

A única região que não dispunha desse hospital é a nossa região dos Campos Gerais, mas agora estamos felizes. O dinheiro está lá bloqueado, dezessete milhões para construir o nosso hospital. Esse sim, vai ser um grande sonho. Ele vai demorar 554 dias para ser feito. Claro que vai demorar. Mas daqui a 554 dias vamos ter nosso hospital, porque alguém nos deu a oportunidade de tê-lo, porque até aqui, 183 anos de Ponta Grossa e dos Campos Gerais nunca tínhamos recebido um hospital regional como as outras regiões do Estado do Paraná têm.

Nós temos que vibrar com este Governo, sim, não criticar; temos que agradecer, porque, nem que seja no apagar das velas, mas pelo menos fez a licitação, está terminando e quero a semana que vem, se Deus quiser, subir nesta tribuna e dizer que vai começar a obra, porque a ordem de serviço já estaria nas mãos de uma dessas oito empresas idôneas de conceito nacional que haverão de construir o nosso Hospital Regional de Ponta Grossa que aí, sim, vai acabar aquela falação, vai acabar um monte de coisas a respeito da saúde. E vai também, Deputado Plauto, como V. Exa. sempre quis a retomada do curso de Medicina, que não tenho dúvida nenhuma que após a construção desse hospital, nós haveremos de trazer de volta o curso de Medicina que V. Exa. trouxe a Ponta Grossa, e sempre digo aqui, não estou aqui para discutir é que ela foi, que ela aconteceu e que se o Governo cometeu até um equívoco ao não conversar com Ponta Grossa no lançamento desse curso de Medicina e hoje está dando a Ponta Grossa aquilo que estava faltando. E quando falo em Ponta Grossa falo das cidades à volta de Ponta Grossa, das cidades que precisam de UTI.

Ponta Grossa tem hoje 36 leitos de UTI. Só esse hospital vai ter mais 30 leitos de UTI!

Vejam os senhores o que está acontecendo com Ponta Grossa. A nossa Santa Casa completa agora cem anos; com todas as suas dificuldades, vem salvando vidas em Ponta Grossa. É um hospital que tem ajudado o nosso povo. Passados cem anos, estamos construindo um hospital do tamanho um pouquinho maior que a Santa Casa que é esse hospital regional.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia deixar de, nesta segunda-feira, agradecer o Governo do Estado que está nos dando o maior patrimônio dos nossos filhos e dos nossos netos nos Campos Gerais.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Consulto a Liderança do PSDB, Deputado Valdir Rossoni com a palavra.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Só gostaria de colocar aqui um adendo ao pronunciamento do Deputado Jocelito do hospital de Ponta Grossa. Na verdade o hospital de Ponta Grossa está no papel e está colocada. Nós não podemos colocar isso como êxito, porque na verdade não se concluiu, mas deixamos aqui o compromisso que Osmar Dias, Governador do Paraná vai construir esse hospital; não ficará na grama e nem no papel.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário destinado à Liderança do Governo, concedemos a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Governo: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Deputado Rossoni.

Esta sabedoria chinesa ou italiana - como o senhor quiser -, não serve para este ato que acabei de falar. O seu Governador, Jaime Lerner, ficou oito anos como Governador e não deu a Ponta Grossa nenhum leito de UTI. Nenhum! O seu Governador Jaime Lerner não construiu em Ponta Grossa nenhum hospital para nossos filhos e nossos netos!

O atual governo, acabei de falar, está licitando esta obra, que não é uma meia-água e não é um postinho de saúde. Estamos falando de um hospital de cinco andares, um hospital maravilhoso, um hospital com trinta leitos de UTI, um hospital que está faltando em Ponta Grossa no mínimo há 50 anos e que neste Governo nós temos a alegria de receber. Se o hospital não está pronto, o dinheiro está bloqueado - dezessete milhões - vem exatamente de uma conta que o Governo do Estado, ao colocar as contas do governo do Banco do Brasil, conseguiu esses recursos que antes tinham sido doados ao Itaú, e que de forma estranha, nós não recebemos nada. Quando o Itaú recebeu as contas do Estado, o Estado não recebeu nada.

Neste governo, agora, na troca das contas, sobrou dinheiro para ser aplicado em obras como esta, do Hospital Regional, em Ponta Grossa. Nem que seja aos 44 e 49 do segundo tempo, mas tem que ganhar o jogo. O empate, às vezes, não serve nem para classificar. Mas, quando o time ganha aos 44, de meio a zero, como se diz na gíria esportiva, já está bom. E eu me sinto satisfeito porque moro em Ponta Grossa, porque vivo em Ponta Grossa, não moro em Curitiba. Eu vou e volto todos os dias. Convivo, todos os dias, nos bairros de Ponta Grossa. Eu ando pela região dos Campos Gerais, inclusive por Imbituva, por Ivaí, por Palmeira. E lá, sei o que o povo está sofrendo. Eu sei que o que o povo mais quer é um hospital regional, que pelo menos atenda ao povo.

E neste governo nós estamos colocando lá um hospital regional e que eu costumo dizer, com muito orgulho, que é o hospital dos nosso filhos, porque a Santa Casa - acabei de falar - vai completar cem anos no final do ano. Quem conhece Ponta Grossa sabe das dificuldades da Santa Casa, sabe dos momentos difíceis pelos quais a Santa Casa atravessa. Mas, ela está lá. Com sacrifício, muitas vezes sofrendo, mas não deixa de atender o povo. Está lá, socorrendo famílias, Foi aumentando, esticou para cá um pedaço, aumentou para outro, e se transformou num grande hospital.

Hoje, estamos construindo em Ponta Grossa um hospital que está em fase final - vou repetir, aqui - Deputado Plauto, V. Exa. sabe que é a reta final da licitação, e este hospital vai trazer o curso de Medicina de volta a Ponta Grossa. Com Osmar Dias, com Requião, não me interessa! Me interessa é que venha o hospital e que venha o curso de Medicina! Só isso! Política acaba daqui uma semana.

O que me interessa é que este Governador que está aí, podem criticá-lo, tem seus defeitos, mas é este que está dando um hospital para Ponta Grossa. Está lá o dinheiro, bloqueado. Nem que saia o ano que vem, nem que termine o ano que vem, mas o dinheiro está lá! E o governo anterior - não gosto de ficar criticando - não fez um hospital destes para nossos filhos! Não fez um hospital destes para nossos netos! Este Governo que está aí, se Deus quiser, ainda esta semana, está na fase final da licitação.

Semana que vem eu vou voltar a esta Casa para mostrar a ordem de serviço que vai começar essa obra, porque o povo de Ponta Grossa clama, é essa obra que o povo de Imbituva quer, é essa obra que o povo de Ivaí quer, é essa obra que o povo de Castro quer, é essa obra que o povo da região quer, porque a única cidade do Paraná, Sr. Presidente, a única cidade-pólo que não tinha um hospital é a região de Ponta Grossa. E o pequeno Pronto-Socorro, alvo de críticas dos Prefeitos, sofrimento dos Prefeitos, esse hospital pronto-socorro tem salvado vidas, atende à região inteira, é o verdadeiro hospital regional, e eu que já fui Prefeito sei como é, chega fim de mês, o hospital não pode se negar de atender ninguém, porque ele é público, ele é do povo, não pode deixar de atender o cidadão que vem de Ipiranga, de Castro, ele atende a todos, mas chega no fim do mês não tem dinheiro para pagar tudo o que ele gastou, porque ele não pode deixar de atender, e aí, Presidente sabe, quem paga a conta, o senhor que já foi Prefeito, quem paga a conta é a Prefeitura de Ponta Grossa! Aí o SUS repassa trezentos, quatrocentos, e hospital de Ponta Grossa gasta um milhão, falta dinheiro todo mês, porque está bancando a região, a cidade de Ponta Grossa.

Agora vai acabar esse brincadeira. Quem vai pagar essa conta agora é o Estado do Paraná, como paga em Londrina, Deputado Barbosa, com muita alegria gosto de lembrar aqui, como paga em Maringá, Deputada Cida, quem paga o Hospital Universitário

de Maringá é o Estado do Paraná. Vocês têm esse privilégio, nós não temos ainda. O Hospital de Cascavel, Deputada Luciana também aqui presente, lembra que a região do Sudoeste deve atender também. Então, nós estamos felizes com esse hospital. Esse é o hospital que nós sonhamos, com todos os defeitos, com todos os problemas.

Eu bato no peito com orgulho e digo: “Esse está vindo, esse não vai ficar na conversa, como no passado algumas coisas, esse vai sair!” Está licitado, está em fase final, o dinheiro está bloqueado, e semana que vem, se Deus quiser, nós teremos a ordem de serviço e vamos começar as obras, Deputado Rossoni, do maior patrimônio dos nossos filhos, dos nossos netos, e também, Deputado Rossoni, de muitos eleitores seus de Imbituva que votaram em V. Exa., terão a oportunidade de usar esse hospital de Ponta Grossa, que pode acontecer o que acontecer, pode dar uma tormenta, mas o dinheiro está lá e o dinheiro é público nesta Casa, Sr. Presidente. Está nesta Casa o documento assinado pelo Governo que garante os dezessete milhões, prova que a lei de responsabilidade determina que um Governo só pode fazer licitação se tiver o dinheiro em caixa, e esse está garantido, e esse é o patrimônio de uma região esquecida, abandonada, sofrida, que morre gente porque nunca ninguém se preocupou com a saúde dos Campos Gerais, e esse Governo agora sim está se preocupando. E esse governo está dando um patrimônio para os nossos filhos e para os nossos netos, que é esse hospital.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 24 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 026/06, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente, sugerindo a realização de estudos para implantação de Universidade Pública Estadual no município de São José dos Pinhais. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins**.

Indicação nº 027/06, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, sugerindo ao Poder Executivo a celebração de convênio com o Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, objetivando a inclusão do Estado do Paraná no Convênio ICMS 55/98, que isenta as operações internas com mercadorias destinadas a pessoas portadoras de deficiência física, auditiva ou visual. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins**.

Projeto de Resolução de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2244, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, com apoio dos Deputados Valdir Rossoni, Barbosa Neto, Elio Rusch e Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação do Item 08, Projeto de Lei nº 495/06, de sua autoria. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será feita a verificação de votação.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Chamada nominal. Solicito ao 1º Secretário, Deputado Hermes Fonseca, para que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermes Fonseca**)

(**Procede à chamada nominal**)

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sr. Presidente, acho que diante da presença dos Srs. Deputados, solicitaria ao Deputado Jocelito que abrisse mão da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Depende do Deputado Jocelito.

Prossiga a chamada nominal, Deputado Hermes Fonseca.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermes Fonseca**)

(**Continua à chamada nominal dos Deputados**)

21 Srs. Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Fica prejudicado o requerimento; não há quórum para o prosseguimento da votação.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 24, às 09h30, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 146/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 249, 753/05, 239, 389, 471, 493, 495/06 e do Projeto de Resolução nº 015/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projeto de Lei nºs 353, 442 e 492/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 516/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

I - exonerar, a pedido, RICARDO SOTOMAIOR MARUSKA, do cargo em Comissão, de Assessor da Comissão de Redação, a partir de 01 de junho de 2005.

II - prover ELIANA SOTOMAIOR MARUSKA MADER, para exercer cargo em Comissão, de Assessora da Comissão de Redação, a partir de 01 de junho de 2005.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.06.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 808/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7870, datado de 04 de outubro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

Determinar, à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda na fonte dos proventos de Willians Rolando Romanzini, matrícula nº 354, portador do RG nº 427.660-PR, inscrito no CPF nº 004.077.559-34, aposentado no cargo de Procurador de 1ª Classe, do Quadro de Pessoal da Secretaria Legislativa do Estado do Paraná, com base no Laudo Médico nº 066/2006, expedido por Junta Médica desta Casa e na forma do artigo 39, inciso XXXIII, do Decreto Federal nº 3000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto de Renda - e nos termos do artigo 5º, inciso XIII, da Instrução Normativa nº 15/2001.SRF.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10.10.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 809/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e,

I - considerando o contido no requerimento protocolado sob nº 5942/06.

II - considerando ainda as considerações lançadas às fls. 07, do referido procedimento administrativo, o que se adota na integralidade e

III - considerando, finalmente, o teor da Súmula 473, do Excelso Supremo Tribunal Federal.

R E S O L V E :

I - tornar sem efeito o Ato da Comissão Executiva de nº 93, de 01/02/2006.

II - a presente anulação do ato em questão retroage para todos os fins de direito.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10.10.06.

(aa) PEDRO ILKIV - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário